



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ERICK DE JESUS ALVES BATISTA

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA): UMA ANÁLISE
DOS IMPACTOS ECONÔMICOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-
PA NO PERÍODO DE 2011-2016**

**SANTARÉM - PA
2019**

ERICK DE JESUS ALVES BATISTA

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA): UMA ANÁLISE
DOS IMPACTOS ECONÔMICOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-
PA NO PERÍODO DE 2011-2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional – PCEDR, para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Instituto de Ciências da Sociedade – ICS.

Orientadora: Prof^ª Msc. Leila de Fátima de Oliveira Monte.

**SANTARÉM - PA
2019**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

B333u Batista, Erick de Jesus Alves

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa): uma análise dos impactos econômicos produzidos no município de Santarém – PA no período de 2011 à 2016 ./ Erick de Jesus Alves. – Santarém, 2019.

54 p.: il.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Leila de Fátima de Oliveira Monte

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Curso Bacharelado em Ciências Econômicas.

1. Despesas corrente. 2. Despesas de capital. 3. Ufopa. I. Monte, Leila de Fátima de Oliveira, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 330. 98115

ERICK DE JESUS ALVES BATISTA

**A UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ (UFOPA): UMA
ANÁLISE DOS IMPACTOS ECONÔMICOS PRODUZIDOS NO MUNICÍPIO
DE SANTARÉM-PA NO PERÍODO DE 2011-2016**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional – PCEDR, para obtenção de grau de Bacharel em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Instituto de Ciências da Sociedade – ICS.
Orientadora: Prof^ª Msc. Leila de Fátima de Oliveira Monte.

Conceito: 8,7

Data de aprovação: 28 / 02 / 2019

Prof^ª Msc. Leila de Fátima de Oliveira Monte – Orientadora
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Prof^ª Msc. Geany Cleide Carvalho Martins
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA

Prof^ª Msc. Wandicleia Lopes de Sousa
Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA



Emitido em 18/01/2021

COMPROVANTE DE APROVAÇÃO N° folha aprovação ERIC/2020 - ICS (11.01.08)
(N° do Documento: 2)

(N° do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 22/01/2021 09:40)

ANDREA SIMONE RENTE LEAO

COORDENADOR

1244865

(Assinado digitalmente em 23/01/2021 00:38)

WANDICLEIA LOPES DE SOUSA

PROFESSOR MAGISTERIO SUPERIOR-SUBSTITUTO

1087577

(Assinado digitalmente em 22/01/2021 10:01)

LEILA DE FATIMA DE OLIVEIRA MONTE

PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR

2138878

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufopa.edu.br/documentos/> informando seu número: **2**, ano: **2020**, tipo: **COMPROVANTE DE APROVAÇÃO**, data de emissão: **19/01/2021** e o código de verificação: **9e27b901b7**

Dedico este trabalho a minha mãe e ao meu pai, que muito me incentivaram.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, pela dádiva da vida e pela oportunidade que me deu ao ter me abençoado com uma família que sempre me apoiou em todas as minhas decisões acadêmicas, meus pais, meus avós, meus tios e tias. Estendo os agradecimentos às pessoas maravilhosas as quais encontrei pelo caminho durante a graduação: Antônio, Edson, Hindrya, Igor, Irene, Mikely, Tiago, Wandicleia. Pessoas essas que muito me incentivaram e me ajudaram nos momentos de dúvidas e de insegurança. Aos amigos externos da universidade que sempre me estimularam não só com palavras, mas como grandes exemplos de grandes profissionais que são em suas áreas de atuação: Bruno, Demétrio, Ailana, Antonieta, Bruno, Gisleno, Givago, Kaue, Lívia, Luiz, Rita, Talinne e Tiago Azevedo.

Agradeço com muita emoção aos amigos que me acompanham desde o Ensino Médio até este momento da Graduação: Alan, Emanuel, Guilherme, Hiago, Marcelo, Mateus e Rrobhyni.

Á minha orientadora e a minha genitora em especial pela paciência e dedicação nos momentos de adversidade, e que nunca desistiram de mim, e que sempre acreditaram em mim mesmo quando eu não acreditava, ESSA VITÓRIA É NOSSA. Obrigado.

“Quanto maior o conhecimento, menor o ego,
quanto maior o ego, menor o conhecimento”
(Albert Einstein).

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar os relatórios de gestão de 2011 a 2016 da UFOPA, com ênfase nas Despesas Correntes e de Capital. Em relação à temática abordada a mesma teve amparo teórico na economia do conhecimento e embasamento teórico nos economistas clássicos como Schumpeter e Keynes. Em relação aos dados da análise feita foram retirados dos Relatórios de Gestão dentro do período estudado. Os resultados evidenciaram que em 2011 a execução da folha de pagamento iniciou apenas no exercício de 2011 na própria instituição, pois até o mês de junho/2011 a folha era executada pela tutora UFPA. As despesas de pessoal neste período tiveram maior volume somando R\$17.441.721,37. Em 2012 verificou-se uma evolução de 222,47% no Pagamento em Folha, em virtude do ingresso de novos servidores, do concurso público realizado neste período, onde as Despesas de pessoal totalizaram R\$ 39.789.198,76. Em 2013 e 2014 houveram aumentos nos dois grupos que constituem as Despesas Correntes nos valores pagos em relação ao período anterior. Em 2015 os valores pagos com despesas com pessoal somaram R\$88.185.397,08 maior volume registrado em 2015. As execuções de Despesa Correntes e de Capital de 2016 apresentam um ótimo desempenho. As Despesas Correntes perfizeram um total de R\$142.122.166,29 empenhadas, R\$137.864.714,63 liquidadas e R\$ R\$137.545.340,50 pagos. Quanto aos gastos com investimento, totalizaram R\$24.840.893,32 empenhadas, R\$295.291,11 liquidadas e R\$ R\$137.545.340,50. O volume em R\$ movimentados pela universidade no período de 2011 a 2016 em Santarém foi importante para entendermos que as despesas de custeio e os gastos com investimentos proporcionam crescimento de forma direta e indiretamente. Pois a renda recebida por meio da folha de pagamentos da instituição possibilita gastos no setor de alimentação, setor de transporte, setor imobiliário, lazer, saúde e material didático.

Palavras-Chave: Despesas correntes. Despesas de capital. Ufopa.

ABSTRACT

This final course work has the final objective of 2011 to 2016 of UFOPA, with emphasis on Current and Capital Expenditures. In relation to a thematic one, a series had its theoretical content on the economy and the theoretical foundation in the classic economists like Schumpeter and Keynes. Regarding the data of the analysis were withdrawn from the Management Reports within the period studied. The results showed that in 2011 the execution of the payroll was started only in 2011 in the institution itself, as up to June 2011 the sheet was uprado by the tutor UFPA. Personnel expenses in this period had a higher volume of R \$ 17,441,721.37. In 2012, there was an increase of 222.47% in Payroll as a result of the entry of new employees, which was the highlight in the period, as Personnel expenses amounted to R \$ 39,789,198.76. In 2013 and 2014, there are two groups that form as Current Expenditure the paper groups in relation to the previous period. In 2015, the amounts paid with personnel expenses totaled R \$ 88,185,397.08 higher volume recorded in 2015. Current and Capital Expenditures for 2016 are performing well. As a Current Expenses, a total of R \$ 142,122,166.29 was committed, R \$ 137,864,714.63 and R \$ 137,545,340.50. Along with investments with investments totaled R \$ 24,840,893.32 committed, R \$ 295,291.11 net and R \$ 137,545,340.50. The volume of R \$ handled by the university in the period from 2011 to 2016 in Santarém was important to the sense that the expenses of costing and the expenses with investments provide growth directly and indirectly. The expense was paid by the payroll sector, the possibility of spending in the energy sector, transportation sector, real estate sector, leisure, health and didactic material.

Keywords: Current expenses. Capital Expenditures. Ufopa.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação por Categoria Administrativa no Brasil 1980 – 2016	33
Figura 02 - Prédio da Reitoria (Campus Tapajós)	38
Figura 03 - Campus Tapajós	39
Figura 04 - Campus Rondon	39
Figura 05 - Campus Amazônia	40
Figura 06 - Organograma Geral da Instituição	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Evolução no Número de Instituições de Educação Superior por Região Brasileira – 2000 a 2016	31
Gráfico 02 - Evolução no Número de Instituições de Educação Superior no Brasil 2000 a 2016	31
Gráfico 03 - Evolução no Número de Cursos de Graduação Presenciais por Região Brasileira – 2000 a 2016	32
Gráfico 04 - Evolução no Número de Cursos de Graduação Presenciais no Brasil – 2000 a 2016	32

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Número de Instituições de Educação Superior por Região Brasileira – 2000 a 2016	30
Tabela 02 - Número de Cursos de Graduação Presenciais, por Região Brasileira - 2000 a 2016	32
Tabela 03 - Despesas Correntes e de Capital – Valor Empenhado	45
Tabela 04 - Despesas Correntes e de Capital – Valor Liquidado	46
Tabela 05 - Despesas Correntes e de Capital – Valor RP Não Processado	46
Tabela 06 - Despesas Correntes e de Capital – Valores Pagos	46

LISTA DE SIGLAS

CFI	Centro de Formação Interdisciplinar
CPC	Conceito Preliminar de Curso
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
IBEF	Instituto de Biodiversidade e Florestas
ICED	Instituto de Ciências da Educação
IDD	Índice de Diferença Entre os Desempenhos Observados e Esperados
IEG	Instituto de Engenharia e Geociências
IES	Instituições de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ICS	Instituto de Ciências da Sociedade
ICTA	Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas
IGC	Índice Geral de Cursos
ISCO	Instituto de Saúde Coletiva
MBA	Master of Business Administrations
MEC	Ministério da Educação
PJ	Pessoa Jurídica
PNAES	Programa Nacional de Assistência Estudantil
SERES	Secretaria da Regulação e Supervisão da Educação Superior
SES	Sistema de Ensino Superior
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural Da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	REFERENCIAL TEÓRICO	16
2.1	A economia do conhecimento, inovação e desenvolvimento econômico	16
2.1.1	Relação Entre Desenvolvimento Regional E Capital Humano	20
2.2	Notas introdutórias sobre o Multiplicador Keynesiano	23
2.2.1	Multiplicador Econômico Keynesiano E A Economia Do Conhecimento	23
2.3	A organização do sistema de Ensino Superior no Brasil (SES).....	28
2.3.1	Aspectos Legais	28
2.3.2	Sistema de Educação Superior e a relação com o mercado de trabalho.....	30
2.3.3	Indicadores de Educação Superior no Brasil	31
3	METODOLOGIA.....	36
3.1	Área de estudo.....	36
3.2	Tipo de estudo e métodos aplicados	36
4	DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	39
4.1	A implantação da Universidade Federal do Oeste Do Pará (UFOPA) no município de Santarém/PA	39
4.1.1	Breve Histórico de Criação e a sua abrangência na Região Oeste do Pará	39
4.1.2	Despesas de custeio e gastos de investimentos realizados pela UFOPA no período de 2011-2016	44
4.1.3	Impactos econômicos gerados pela UFOPA no município de Santarém	48
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

As Instituições de Ensino Superior (IES) no Brasil desempenham um importante papel em relação ao desenvolvimento econômico regional, principalmente nas localidades nas quais estão inseridas. Além disso, contribuem na produção de conhecimento teórico e científico, na mobilização de capital financeiro público e privado, entre outras contribuições.

São consideradas por muitos autores como importantes mecanismos de desenvolvimento, mediante a isto, e de primordial importância que se consigam quantificar o impacto das atividades destas instituições sobre as localidades. As IES movimentam recursos financeiros por meio do pagamento de salários aos servidores, funcionários e funcionários terceirizados, investimentos em obras, equipamentos, despesas com custeio e gastos com bolsas e auxílios para discentes, docentes e servidores. “Deste modo, estes fatores passam a exercer um efeito dinâmico e multiplicador sobre as atividades econômicas locais” (BOVO, SILVA E GUZZI, 1996 *apud* FARIA JÚNIOR, 2015, p. 18).

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo geral apresentar um estudo sobre os impactos econômicos produzidos pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) na cidade de Santarém-PA, entre os anos de 2011 a 2016. A UFOPA foi criada por meio da Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009. É a primeira universidade federal criada no interior da Amazônia, sua criação se deu em virtude do desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural Da Amazônia (UFRA), vinculada ao ministério da educação sua sede é na cidade de Santarém-PA, a terceira maior cidade do estado, herdou outros campi no interior da Amazônia, distribuídos nas cidades de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. A instituição tem o objetivo e de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária na região oeste do estado do Pará.

Neste contexto, o presente trabalho propõe a seguinte questão problematizadora que deverá ser respondida ao longo desta análise: Quais custos da universidade (UFOPA) têm maior impacto na economia santarena no período de 2011 a 2016?

No intuito de responder à questão problema, propõe-se como objetivo geral: analisar os relatórios de gestão de 2011 a 2016, com ênfase nas Despesas Correntes e de Capital. Os objetivos específicos são: *i*) caracterizar o município estudado sobre os aspectos econômico e educacional; *ii*) mensurar o montante de recursos financeiros movimentados pela UFOPA no período de 2011 a 2016.

Por fim, esta monografia está estruturada em cinco capítulos a contar da

introdução onde é apresentado a importância do tema, bem como a questão problematizadora, os objetivos geral e específicos do trabalho. No segundo capítulo aborda o referencial teórico na qual está monografia está baseada. No terceiro capítulo conta a metodologia abordada no trabalho. O quarto capítulo apresenta histórico de criação da UFOPA. Apresentação dos dados e análises quanto as despesas de custeio e gastos de investimentos da instituição em 2011 a 2016. É a análise dos impactos econômicos gerados pela instituição em Santarém. Por fim, o último capítulo consta as considerações finais acerca da pesquisa desenvolvida.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A economia do conhecimento, inovação e desenvolvimento econômico

Desde meados da década de 1950 os países europeus têm investido na educação com o objetivo de fortalecer a dinâmica econômica das suas indústrias e garantir a competição das suas empresas no mercado. Essa estratégia começou a ser adotada a partir da disseminação do conceito da teoria relacionada à “economia do conhecimento” que tem como objetivo gerar estudos baseados na competência de aprender eficazmente a informação e transformá-la em conhecimento, que, por conseguinte produz um influxo no desenvolvimento econômico de determinada localidade (GUILLE, 2008).

A ideia de economia do conhecimento tem seu fundamento na compreensão de Peter Drucker (1992, p. 264) apud Lima e Santiago (2011) onde enfatiza que “o conhecimento é hoje o custo mais elevado, o principal investimento e também o indutor de novos produtos na economia, bem como o meio de vida do maior grupo da população”.

Ainda no contexto da economia do conhecimento, citamos Amorim e Fischer (2013, p. 333) que discutem em seu trabalho, a origem da expressão “Economia Baseada em Conhecimento”. De acordo com esses autores, o precursor desta expressão foi Fritz Machlup, um economista auto-americano que em 1962 por meio de sua obra intitulada “*The production and distribution of Knowledge in the United States*” (A produção e distribuição de conhecimentos nos Estados Unidos, *tradução autor*) desenvolveu trabalhos teóricos e de pesquisa sobre a relação da economia do conhecimento com a informação. Os resultados de suas pesquisas mostraram que a junção do conhecimento com a informação, aplicadas no âmbito interno das empresas, poderiam gerar grandes transformações nas economias industrializadas, ou seja, a empresa se destacaria no mercado, aumentando a sua participação, em termos de vendas e lucratividade no segmento que atua (AMORIM E FISCHER, 2013).

Em consonância com a abordagem apresentada por Amorim e Fischer (2013) sobre os aspectos positivos que a relação economia do conhecimento com a informação poderiam gerar no contexto das empresas, citamos Brito (2008) que também menciona Peter Drucker (2000) para mostrar que a economia do conhecimento também favorece a obtenção de vantagens competitivas para as pessoas, empresas e países. De acordo com Druker (2000) apud Brito (2008):

[...] a gestão do conhecimento é a capacidade de gerenciar, descobrir, mapear, classificar, captar, distribuir, criar, multiplicar e reter conhecimento com eficiência, eficácia e efetividade para que uma organização se coloque em posição de vantagem competitiva em relação às outras para gerar lucro e garantir sua sobrevivência e expansão no mercado (DRUCKER, 2000, *apud* BRITO, 2008, p. 212).

Giddens (2006) *apud* Herzog (2011) definem economia do conhecimento como aquela concebida por ideias e informações que devem ser implementadas pelas empresas para obterem inovação em seus processos produtivos e conseqüentemente contribuir para o crescimento econômico do país em que atuam. Para esses autores esse processo de implementação da economia do conhecimento pelas empresas contribui para que as mesmas obtenham vantagens competitivas no mercado, tal como foi observado também por DRUCKER (2000), *apud* BRITO (2008, p. 212) na citação acima.

O autor ressalta que, a dita teoria está relacionada com o surgimento de um grande número de consumidores tecnologicamente instruídos. Deste modo, com a difusão de novas tecnologias as informações são transmitidas, disseminadas e acessadas com mais rapidez corroborando para que haja uma transformação intelectual da população que está gradualmente mais conectada, criando desta forma uma mão de obra que busca se qualificar cada vez mais.

O desenvolvimento está ligado diretamente a maiores incentivos em educação, aperfeiçoamento de mão de obra e melhorias sociais. De modo geral, pode-se referir ao desenvolvimento como uma ferramenta de auxílio para preparar a população aos possíveis alargamentos de mercado impulsionados pelo acréscimo de incentivos. Na concepção de Guile (2008):

Para o senso comum, o conhecimento constitui atualmente o fator de produção mais importante na economia das sociedades industriais avançadas; e o corolário resultante é que as populações desses países exigem maior acesso ao conhecimento, representado pelas qualificações pessoais. (GUILLE, 2008, p. 612).

Nas palavras de Guile (2008) citadas acima, o investimento em qualificação técnica profissional como forma de promover a economia tem sido o método cada vez mais presente devido a sua eficácia na transformação de informação em conhecimento. Isto possibilita criar uma rotatividade de pessoas para ocupar a demanda de acesso ao conhecimento, tornando-se um fator essencial para a consolidação da economia industrial no mercado econômico.

De modo geral, pelo que foi exposto acima no que tange a Economia do Conhecimento pode-se afirmar que ela é tida como a utilização do conhecimento reunido ao

longo do tempo no intuito de gerar valores tangíveis e intangíveis sejam eles novos conhecimentos, novos bens/mercadorias, novos processos de produção, inovações tecnológicas, etc. Dentro desta perspectiva evidencia-se as novas combinações de recursos produtivos e as inovações abordadas por Schumpeter (1988), os quais são preciso conhecimento teórico para pôr em prática essas combinações e inovações.

Schumpeter (1988) atribui o desenvolvimento econômico a utilização de novas combinações de recursos produtivos, onde o autor listou cinco aspectos deste conceito, os quais são:

- a) *novos produtos*: são bens com que os consumidores ainda não estejam familiarizados.
- b) *novo método de produção*: métodos que ainda não tenha sido testado. Podendo consistir em nova maneira de manejar comercialmente uma mercadoria.
- c) *novos mercados*: abertura de um mercado em que o determinado ramo particular da indústria não tenha entrado.
- d) *novas fontes de oferta de matéria-prima*: conquista de uma nova fonte de oferta de matérias-primas ou de bens semimanufaturados.
- e) *novas formas de organização industrial*: como monopólio ou fragmentação da posição de monopólio.

Um fator imprescindível comum a todos os cinco aspectos listados acima é o conhecimento teórico, pois a partir dele a figura do empresário inovador dá forma as suas ideias objetivando pô-las em prática.

Vian (2007) o comportamento do empresário inovador é baseado:

[...] na busca de lucros monopolistas que advém do uso das inovações que trazem o barateamento de produtos existentes ou a oferta de produtos ainda não produzidos. Mas com o passar do tempo, surgem os imitadores, que passam a concorrer com o inovador e promovem a redução das rendas monopolísticas. Com o decorrer do tempo, a difusão da inovação gera uma fase de desenvolvimento econômico, aumentando a renda geral da economia e levando à prosperidade. Ao final do processo, a economia volta ao estado de equilíbrio e as firmas não têm mais lucros monopolistas (VIAN, 2007, p. 04).

Complementando o texto acima acerca do empresário inovador segundo Schumpeter (1988) ele é um agente econômico que busca trazer novos produtos para o mercado por intermédio de novas combinações ou pela aplicação prática de alguma invenção ou inovação tecnológica. Ressalta-se que ele perde este caráter de empresário inovador quando monta o seu empreendimento passando assim a se dedicar-se a ele.

De acordo com Oliveira; Andrade & Gonçalves (2010) Schumpeter assim como outros economistas - Adam Smith e David Ricardo - buscou compreender os movimentos da economia e da forma de produção. Mas, diferentemente dos outros teóricos clássicos, Schumpeter não considerava que o crescimento da população e o aumento da produção seriam determinantes do desenvolvimento econômico. E ressalta que o desenvolvimento surge das inovações da atividade econômica.

Segundo Schumpeter (1988) o desenvolvimento econômico seria desencadeado quando o empresário introduz no mercado uma nova combinação ou inovação tecnológica aos meios de produção. Seguido pelos empresários imitadores os quais não criam, apenas investem capital para copiar estes bens criados pelo empresário inovador, resultando na geração de prosperidade e aumentando o nível de emprego ofertado.

Segundo Wagner (2004) as mudanças ocorridas no mercado econômico, em virtude das novas combinações inseridas pelo empresário inovador, contribuem para a disseminação do conhecimento uma vez que os trabalhadores das empresas são treinados para lidar com essas novas combinações, gerando assim conhecimento individual por meio das rotinas. Estes “conhecimentos tácitos incorporados à mão de obra da empresa geram vantagens competitivas frente aos seus adversários”. (WAGNER, 2004, p. 34). O autor ressalta que o conhecimento é considerado um recurso econômico com características únicas, sendo que a sua utilização não diminui o seu estoque, ocorrendo o inverso, quanto mais se utiliza o conhecimento mais o seu estoque é aumentado. Contribuindo também para o surgimento de novas combinações tendo por base os conhecimentos passados.

Schumpeter (1988) o funcionamento da economia pode ser elucidado pelo ponto de vista do “Fluxo Circular”, onde é evidenciado que o equilíbrio do processo de produção e distribuição de bens é mantido até que ocorram modificações externas. A partir do momento que os agentes econômicos tomam conhecimento destas modificações, os mesmos agirão na intenção de adaptarem-se as mudanças ocorridas.

O processo de desenvolvimento se dá com a ruptura do "fluxo circular", exatamente com a alteração do sistema de produção. Onde os empresários percebem as possibilidades de introdução de inovações, *a posteriori*, recorrem ao sistema bancário criadores de crédito para financiar as inovações. A partir do momento que as inovações são implementadas os inovadores são seguidos por outros inovadores e o equilíbrio estacionário é rompido (MORICOCCHI & GONÇALVES, 1994, p. 30-31).

Por fim, e conclui-se que o desenvolvimento econômico, tem uma relação direta com a educação. No qual o saber de novos conhecimentos proporciona o aperfeiçoamento da

mão de obra, corroborando para o surgimento de novos empresários inovadores. Onde a difusão de uma inovação acaba por gerar uma fase de desenvolvimento econômico. O próximo subcapítulo abordará sobre esta relação entre desenvolvimento regional e o capital humano.

2.1.1 Relação Entre Desenvolvimento Regional E Capital Humano

O Capital Humano é definido como um conjunto dos investimentos destinados à formação educacional e profissional de determinada população (SANDRONI, 2010 *apud* CARNEIRO, 2014). De acordo com Carneiro (2014) os estudos relacionados aos efeitos da educação sobre o crescimento econômico se intensificaram nos anos 50 e 60.

Barbosa Filho e Pessoa (2010) *apud* Carneiro (2014) apontaram que quatro motivos da intensificação destes estudos:

- Primeiro: os trabalhos de Solow da década de 50 indicaram que o crescimento do produto norte americano foi maior que o aumento da oferta dos fatores de produção, trabalho e capital. Resultado que foi atribuído ao progresso técnico ou à acumulação de outros fatores que não tinham sido capturados, sendo um possível fator a elevação da escolaridade.
- Segundo: a avaliação de política econômica, diante à escassez de recursos é importante que o responsável pela decisão política tenha uma avaliação do retorno da educação.
- Terceiro: a necessidade de compreender as irregularidades associadas ao mercado de trabalho.
- Quarto: relação da desigualdade de renda com educação.

Carneiro (2014) o Capital Humano, teve seus indícios em teorias como de Adam Smith, Alfred Marshall. Para Adam Smith em na sua obra “Riqueza das Nações” o estado possuía poucas funções de modo que caberia ao indivíduo tomar a iniciativa de melhorar sua condição no intuito de prosperar. Alfred Marshall em “*Principles of Economics*”, defendeu a seguinte ideia: a riqueza é composta por coisas desejáveis são elas bens materiais e imateriais. Ao adquirir conhecimento, o indivíduo desenvolve bens imateriais, ao qual contribui para que o indivíduo se torne confiante na execução do seu trabalho.

Saul (2004) a Teoria do Capital Humano é resultante da perspectiva de Mark Blaug (1985) onde tal teoria foi anunciada por Theodore Schultz, em 1960, e seu surgimento

teria ocorrido em 1962 na revista científica americana *Journal of Political Economy*. Blaug (1986) *apud* Saul (2004) localizou em outras fontes primárias a referente teoria em cientista sociais como: Irving Fisher, Jacob Mincer, Theodore Schultz, Mark Blaug e outros.

Segundo Saul (2004) Irving Fisher adotou a teoria do capital de Walras, na qual entendeu que capital seria “todo o conjunto de riquezas existentes em um determinado tempo e que possibilitam o fluxo de serviços nesse tempo, trate-se da terra, das máquinas, das matérias primas, de recursos naturais e das qualidades do homem” (SAUL, 2004 p. 231).

Jacob Mincer (1958) *apud* Saul (2004) buscou correlacionar o investimento na formação do trabalhador e a distribuição de renda pessoal, no capital humano sobre uma perspectiva econométrica. A conclusão feita por Mincer a cerca da relação entre investimento em capital humano e produtividade, era de que a dispersão dos rendimentos entre as diferentes ocupações estaria correlacionada positivamente ao volume de investimentos em capital humano.

Conforme Saul (2004) Theodore Schultz buscou estabelecer a substância do capital humano e as condições da sua formação, apoiando residir nessa forma de entender a capacitação das pessoas a resolução de muitos paradoxos e confusões a respeito da dinâmica de crescimento econômico dos Estados Unidos. Algumas atividades destacadas por Theodore Schultz teriam caráter de promover as capacidades humanas, como: os serviços de saúde, treinamento no emprego, educação formal incluindo os programas de educação de adultos, não organizados por empresas, incluindo os programas de extensão, principalmente na agricultura.

Cabral; Silva e Silva (2016) em relação a teoria desenvolvida por Schultz, sobre o Capital Humano, o mesmo relacionou que a melhoria do bem-estar não dependia da terra, das máquinas ou da energia, mas sim do conhecimento. A teoria sugere que todas as habilidades são inatas ou adquiridas e, portanto, as mesmas devem ser aperfeiçoadas por intermédio de ações específicas. Isso contribuiria para o aumento pessoal e individual do conhecimento através de investimentos voltados à formação educacional e profissional de cada indivíduo. Assim sendo “o aumento do capital humano poderia representar as taxas de produtividade do trabalhador, favorecendo o desenvolvimento de um país” (CABRAL; SILVA & SILVA, 2016, p. 36)

Saul (2004) Mark Blaug procurou fazer uma avaliação da relação da trajetória da teoria do capital humano. Onde ressaltou a ideia de que os fenômenos sociais poderiam ser pensados como tendo seus fundamentos no comportamento individual. Destacando que dentro do contexto americano, para indicar uma circunstância importante da relação entre economia

e investimento na formação do trabalho, estava fundado na perspectiva do cálculo privado. No entanto, um fato em questão era relativo quanto à formação profissional que seria a total ausência de soluções governamentais.

Kelniar; Lopes & Pontili (2013) na visão de Smith o aumento na renda e a ascensão de classe estavam ligados principalmente ao poder de competitividade do trabalhador ao desenvolver determinadas habilidades aplicadas ao seu trabalho, o pensamento de Smith era de que o indivíduo é responsável pelo seu próprio crescimento. E ressaltou que o governo deve criar condições para o crescimento, melhoria da educação e infraestrutura no intuito de impulsionar o país. Para que isso ocorra as empresas e instituições educacionais teriam o papel de responder a estes investimentos. Para que haja uma aceleração no processo de crescimento econômico “é necessário obter vantagens competitivas em recursos humanos como conhecimentos e habilidades constantemente aprimoradas” (PEREIRA, 2008, p. 52 *apud* KELNIAR; LOPES & PONTILI, 2013, p. 07-08).

Pereira (2008) *apud* Kelniar; Lopes & Pontili (2013) realizou um estudo sobre os investimentos governamentais em educação na região Norte do Brasil no período 1994 – 2004. Na qual evidenciou que a educação é um fator primordial e crucial no crescimento econômico à longo prazo entre as regiões e estados. Os resultados encontrados mostraram que um aumento médio nas variáveis *a) anos de escolaridade* e *b) desigualdades educacionais*, tendem a reduzir o diferencial na distribuição de renda entre os habitantes e regiões, servindo deste modo como fator de crescimento econômico.

Pereira & Lopes (2014) buscaram estudar a evolução dos estudos inerentes ao fator humano na produção industrial no período de 1913 e 1920. Na qual objetivaram destacar a relação entre capital humano e crescimento econômico, sob a perspectiva da educação. Desse modo, os autores destacam a importância do capital humano para o crescimento e desenvolvimento das nações principalmente com o incremento da variável educação. De acordo com Barros e Mendonça (1997) *apud* Pereira & Lopes (2014) o investimento em educação numa determinada sociedade influencia no desenvolvimento sócio econômico de um país, afetando positivamente vários outros fatores como: a capacidade produtiva, a empregabilidade, o acesso à renda, a expectativa de vida dos indivíduos, a diminuição da fertilidade, na qualidade de vida e na redução da pobreza. Nelson e Phelps (1966) *apud* Pereira & Lopes (2014) consideram que o nível de capital humano afeta outros fatores como as inovações tecnológicas, no qual, níveis elevados de capital humano incentivaria a acumulação de capital físico, é também a capacidade de inovação de um país. Romer (1990) *apud* Pereira & Lopes (2014) introduziu a relação direta entre taxa de crescimento da

tecnologia e o nível de capital humano, onde concluiu que, pessoas com um grau de instrução maior tendem a ser mais criativas e aptas a produzir novos conhecimentos.

Conclui-se que o Capital Humano anteriormente definido acima como um conjunto dos investimentos destinados à formação educacional e profissional da população, onde o indivíduo ao adquirir conhecimento desenvolve bens imateriais proporcionando uma melhoria do bem-estar. Onde um aumento do capital humano representa um aumento nas taxas de produtividade do trabalhador, favorecendo o desenvolvimento de dada região. Ressalta-se também que o governo deve criar condições para o crescimento, melhoraria da educação e infraestrutura no objeto de impulsionar o país. O próximo capítulo abordará sobre o multiplicador elaborado por Keynes.

2.2 Notas introdutórias sobre o Multiplicador Keynesiano

2.2.1 Multiplicador Econômico Keynesiano E A Economia Do Conhecimento

O conceito de multiplicador foi concebido por Keynes onde o teórico estava interessado em saber qual seria o efeito que uma variação no *investimento* teria sobre a *renda*. Sendo assim, o multiplicador de Keynes mostra uma relação na qual tenta mensurar o quanto se altera uma variável dependente (endógena) em resposta a uma variável independente (exógena). (KEYNES, 1992, p. 100)

John Maynard Keynes é um dos principais nomes do pensamento econômico, seu livro mais importante “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, publicado no ano de 1936. Sua obra era resultante de um pensamento político-econômico contrário aos ideais do liberalismo econômico, ou capitalismo *laissez-faire* - onde a economia chegava ao equilíbrio de mercado, conduzida pela “mão invisível” que Adam Smith utilizou para caracterizar o mercado, em outras palavras, a oferta criava a sua própria demanda. Keynes pregava que nem sempre a economia se encontrava em pleno equilíbrio, era necessário a intervenção do Estado na economia, exercendo a função de estabilizador, porque existia a incerteza na economia. Portanto, para Keynes o estado deveria planejar políticas públicas (atuando na infraestrutura, por exemplo) e econômicas (política fiscal e monetária) para equilibrar a economia e controlar a inflação e a taxa de juros (KEYNES, 1992).

Franco (2015) objetivo de Keynes com a Teoria Geral era de apresentar mecanismos econômicos no intuito de evitar as depressões e flutuações econômicas para isso,

Keynes negou o sistema econômico de mercado auto equilibrante e auto regulador. A Teoria Geral foi elaborada a partir da teoria da renda, do investimento e da taxa de juros.

Segundo Keynes (1992, p. 38) a função demanda agregada e o produto que os empresários esperam receber mediante ao emprego de “ N ” homens. De acordo com Froyen (2013) baseado em Keynes a demanda agregada e composta de três componentes para uma economia fechada, expressas a seguinte formula:

$$E = C + I + G \quad (2.1)$$

Onde:

E = Demanda agregada;

C = Consumo das famílias;

I = Demanda desejada por investimento pelas empresas;

G = Demanda por bens e serviços por parte do setor governamental;

Dentro desse contexto considerado abertura da economia e somada a equação 2.1 um quarto componente definido como “exportações líquidas” (NX). (DORNBUSCH, 2009)

Conforme a formulação keynesiana o consumo aumenta conforma aumenta a renda, mas em menor magnitude, assim sendo, pode ser expressa da seguinte forma:

$$C = C(Y) \quad (2.2)$$

Onde:

C = Consumo;

Y = Renda;

Supondo uma função linear, fica expressa da seguinte maneira:

$$C = C_o + c.Y_d \quad (2.3)$$

Onde:

C_o = Consumo autônomo: corresponde aquele consumo que independe do nível de renda;

c = Propensão marginal a consumir: mostra a parcela de renda destinada ao consumo, a partir dos aumentos da renda;

Y_d = Renda disponível;

A renda disponível é dada por:

$$Yd = Y - T \quad (2.4)$$

Onde:

Y = Renda;

T = Impostos pagos menos as transferências do governo recebidas pelos consumidores;

Os tributos e expressa na seguinte função:

$$T = T_0 + t.Y \quad (2.5)$$

Onde:

T_0 = Tributos autônomos;

t = Propensão marginal a tributar;

Froyen (2013) Keynes atribuiu duas variáveis como sendo determinantes dos gastos com o investimento a curto prazo, são elas a taxa de juros e o estado das expectativas das firmas. A taxa de juros nada mais é que o custo de se obter empréstimos no sistema bancário para financiar os investimentos, sendo que, quanto maior for a taxa de juros praticadas pelo sistema bancário nos empréstimos, as empresas tendem a reduzir os seus investimentos. Logo de acordo com Keynes a função de investimento é descrita como:

$$I = f(i) \quad (2.6)$$

Segundo Keynes *apud* Lopes e Vasconcellos (2011) define poupança (S) como o resíduo da renda que não é consumido.

$$S = Y - C \quad (2.7)$$

Onde:

S = Poupança;

Y = Renda;

C = Consumo;

$$S = Y - (C_0 + cY) \quad (2.8)$$

Onde:

S = Poupança;

Y = Renda;

C_0 = Consumo autônomo;

c = Propensão marginal a consumir;

$$S = -C_0 + (1 - c) Y \quad (2.9)$$

Onde:

S = Poupança;

Y = Renda;

C_0 = Consumo autônomo;

$1-c$ = propensão marginal a poupar;

Portanto, a poupança aumenta conforme aumenta a renda que não é direcionada ao consumo. Assim sendo, $(1 - c)$ corresponde a propensão marginal a poupar.

No modelo de determinação da renda com o governo de acordo com Lopes e Vasconcellos (2011):

O governo adquire bens e serviços junto ao setor privado, oferece bens e serviços, transfere renda por meio de políticas assistenciais, previdência social, seguro-desemprego, pagamento de juros etc. e se financia através da arrecadação de impostos. O gasto público é um elemento de demanda que se soma ao consumo e ao investimento. Já os impostos pagos ao governo são subtraídos da renda que os indivíduos podem alocar em consumo e poupança, enquanto as transferências ampliam a renda disponível do setor privado (LOPES & VASCONCELLOS, 2011, p. 157).

Portanto, a função consumo passa a depender da renda disponível, logo a função fica da seguinte forma:

$$C = C(Y_d) \quad (2.10)$$

$$Y_d = Y - T + R \quad (2.11)$$

Onde:

Yd = Renda disponível;

Y = Renda Nacional (total);

T = Arrecadação de impostos;

R = Transferências do governo ao setor privado;

De acordo com Lopes e Vasconcellos (2011) em relação a introdução do setor externo no modelo, e definido como: exportações à demanda correspondente do resto do mundo por produção feita no país, é importações a demanda correspondente de residentes por produtos feitos no exterior. De modo que, assim teremos as seguintes funções:

$$X = X_0 \quad (2.12)$$

$$M = mY \quad (2.13)$$

Onde:

X = Exportações;

M = Importações;

m = Propensão marginal a importar;

A diferença entre exportações e importações é denominada de exportações líquidas ou balança comercial, sendo que, quando as exportações superam as importações se diz que o país tem um superávit comercial o caso inverso se chama déficit comercial (BLANCHARD, 2011, p. 39).

Froyen (2013) o conceito de multiplicar e encontrado na teoria de Keynes, na qual consiste explicar “como deslocamentos no investimento causados por mudanças nas expectativas das firmas desencadeiam um processo que faz variar não só investimento, mas também o consumo” (FROYEN, 2011, p. 111).

Segundo Dornbusch (2009, p. 195) o multiplicador é definido como a quantidade por meio da qual um produto de equilíbrio muda quando a demanda agregada autônoma aumenta em uma unidade. Logo pode ser expresso como:

$$\frac{1}{1 - c} \quad (2.14)$$

Onde:

I/I-c: Multiplicador Keynesiano

Onde uma análise do multiplicador busca mostrar que quanto maior a propensão marginal a consumir, maior o multiplicador keynesiano. Dornbusch (2009), ressalta que impostos sobre a renda causam a redução do multiplicador em virtude da diminuição do aumento induzido do consumo a partir de mudanças na renda. O próximo capítulo abordará sobre sistema de organização das instituições de ensino superior no território brasileiro.

2.3 A organização do sistema de Ensino Superior no Brasil (SES)

2.3.1 Aspectos Legais

As instituições de ensino superior são classificadas em Públicas, quando são criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público e Privadas, quando mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. (Art. 1º do decreto nº 3.860 de 9 de julho de 2001)

Segundo Cavalcante (2000) as instituições de ensino superior brasileiras estão organizadas obedecendo as seguintes categorias administrativas:

Públicas, podendo ser:

Federais, quando subordinadas à União, podendo se organizar como: Autarquias especiais ou Fundações públicas.

Estaduais, se mantidas pelos governos dos Estados ou do Distrito Federal e podem tomar as formas determinadas pelos respectivos sistemas;

Municipais, as providas pelas prefeituras municipais (CAVALCANTE, 2000, p. 23).

De natureza Privadas, podendo ser organizadas como:

Particulares em sentido estrito, as constituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, que não apresentem as características dos itens abaixo.

Comunitárias, as constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representante da comunidade.

Confessionais, as constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas e ao disposto no item anterior.

Filantrópicas, na forma da lei, são as instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais houverem sido constituídas e os coloque

à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração (CAVALCANTE, 2000, p. 23).

O Art. 7º do decreto nº 3.860, mostra a organização acadêmica, das instituições de ensino superior do Sistema Federal de Ensino, onde são classificadas em: I universidades; II centros universitários; e III faculdades integradas, faculdades, institutos ou escolas superiores

- Universidades: caracterizadas pela oferta regular de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. E as mesmas poderão criar cursos superiores em municípios diversos de sua sede quando autorizadas previamente pelo Poder Executivo.
- Centros Universitários: são instituições de ensino superior pluricurriculares. Sendo que, é vedado aos centros universitários a criação de cursos fora de sua sede.
- Faculdades Integradas: segundo o Art. 12 do decreto nº 3.860, “são instituições com propostas curriculares em mais de uma área de conhecimento, organizadas para atuar com regimento comum e comando unificado”. De acordo com o Art. 14 do decreto nº 3.860, os institutos superiores de educação são regidos pelo Decreto no 3.276, de 6 de dezembro de 1999. Sendo que, poderão ser organizados como unidades acadêmicas de instituições de ensino superior já credenciadas, devendo neste caso definir planos de desenvolvimento acadêmico.

De acordo, com o Art. 43 da lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, são definidas sete finalidades da educação superior, as quais são:

- I. estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II. formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III. incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV. promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V. suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;

- VI. estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII. promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição (BRASIL, 1996).

2.3.2 Sistema de Educação Superior e a relação com o mercado de trabalho

Na perspectiva marxista, o ser humano atua sobre a natureza, transformando-a de modo a satisfazer suas necessidades, nesse processo os indivíduos desenvolvem ferramentas para modificar a natureza. (SANTOS, 2016). Este processo compreende conhecimentos mínimos necessários para atividades principalmente quando se trata de um mercado competitivo globalizado onde a educação é tratada com mercadoria imprescindível para a inserção dos indivíduos.

No mundo globalizado um dos maiores fundamentos é a inserção no atual mundo competitivo e para que isso aconteça o domínio e a produção do conhecimento, que passam a ser um bem de crucial importância para ter êxito no mercado de trabalho. (VAIDERGORN, 2001 *apud* BARREIRO & TERRIBILI, 2007).

Oliveira *et al* (2017) evidência que a relação entre desenvolvimento e educação não é linear, e em relação ao alcance econômico nacional maiores níveis de educação possibilita aumento da produtividade por meio da formação para o mercado de trabalho, melhores condições de trabalho, de salários, maiores rendas. De acordo com o mesmo autor:

Com relação ao nível de escolaridade, mercado de trabalho e renda, é fato que o acesso à educação superior proporciona qualificação e mobilidade individual via mercado de trabalho, com elevação de renda pessoal, familiar e de segmentos sociais. O acesso ao Ensino Superior capacita atores que por sua vez produzem conhecimento avançado, o que estimula a inovação tecnológica em todas as áreas, promovendo o desenvolvimento. Além disso, a capacitação para a inovação advinda do Ensino Superior possui efeito individual que permite ao ator ganhar instrumentos para competir no mercado de trabalho numa posição mais qualificada, causando elevação de sua renda, e consequente mobilidade social através da qualificação pela educação (OLIVEIRA *et al*, 2017, p. 6).

Deste modo, percebe-se que a relação educação superior e mercado de trabalho é positiva tendo em vista que indivíduos mais capacitados tem maiores e melhores oportunidades de empregos. O capítulo seguinte abordará uma breve análise acerca de alguns indicadores da educação superior no Brasil.

2.3.3 Indicadores de Educação Superior no Brasil

O ensino superior no Brasil é constituído por Universidades, Centros Universitários, Faculdades, Institutos Superiores e Centros de Educação Tecnológica onde são ofertadas graduações as quais são classificadas em Bacharelado, Licenciatura e Formação Tecnológica. Já os cursos de pós-graduação são classificados em “*Lato sensu*; Especializações e *Master of Business Administrations* – MBAs; e, *Stricto sensu*; Mestrados e Doutorados” (GOMES, MACHADO e SARAIVA, 2018, p.113)

E crescente no Brasil o número de Instituições de Educação Superior (IES) como pode ser evidenciado na tabela 01 onde e demonstrado em números totais a quantidade de IES distribuídas por regiões nos anos 2000 a 2016.

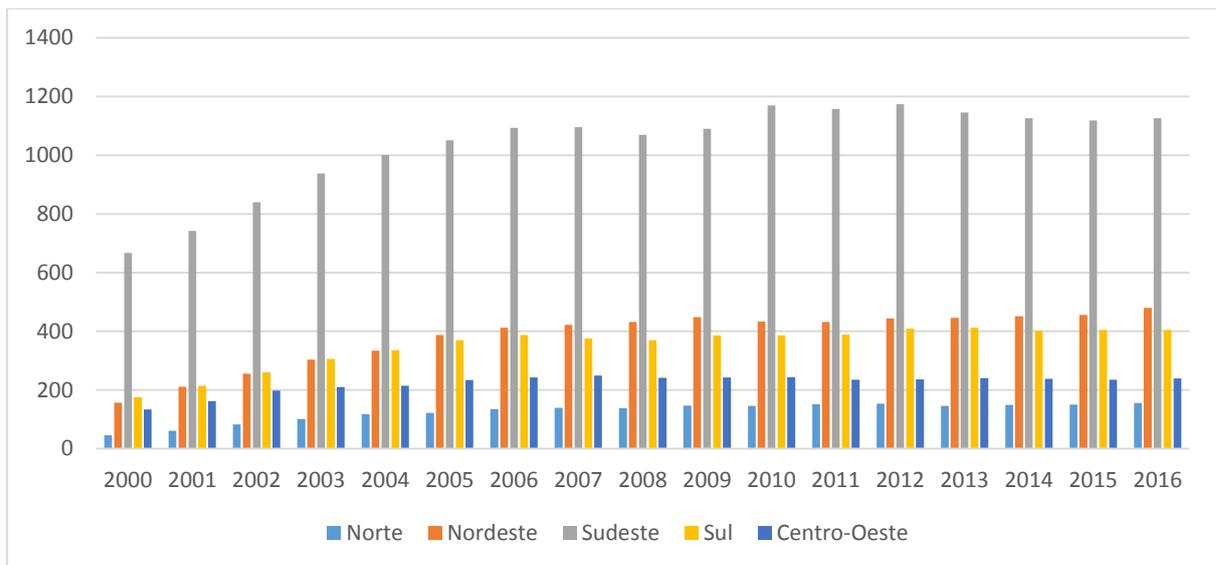
Tabela 01: Número de Instituições de Educação Superior por Região Brasileira – 2000 a 2016.

Região/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	46	61	83	101	118	122	135	140	139	147	146	152	154	146	149	150	156
Nordeste	157	211	256	304	334	388	412	422	432	448	433	432	444	446	452	456	480
Sudeste	667	742	840	938	1001	1051	1093	1095	1069	1090	1169	1157	1173	1145	1126	1118	1126
Sul	176	215	260	306	335	370	387	375	370	386	386	389	409	413	402	405	405
Centro-Oeste	134	162	198	210	215	234	243	249	242	243	244	235	236	241	239	235	240
Total	1180	1391	1637	1859	2013	2165	2270	2281	2252	2314	2378	2365	2416	2391	2368	2364	2407

Fonte: INEP (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

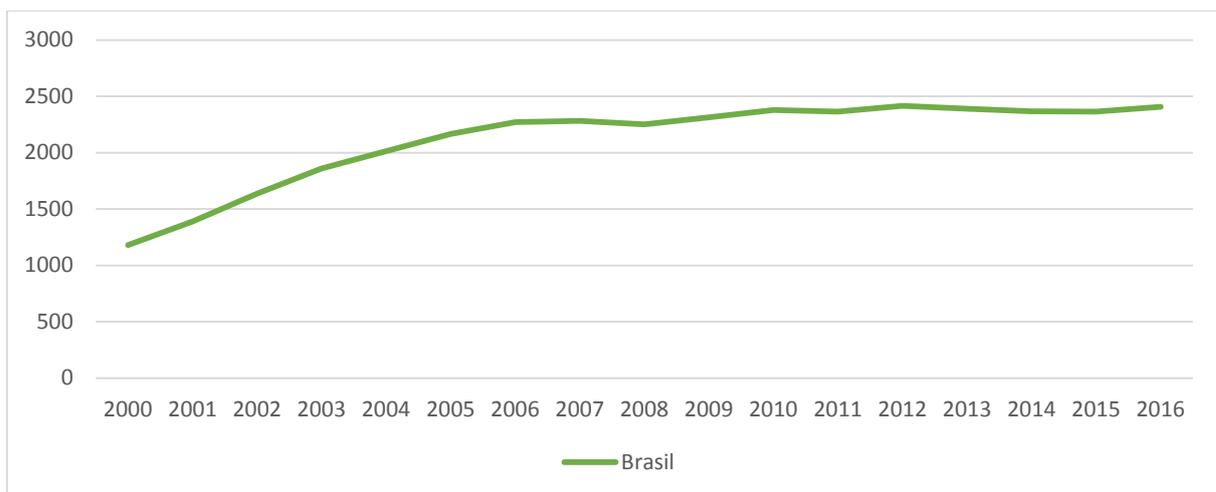
A partir desses dados foi elaborado o Gráfico 01 e 02 onde pode-se visualizar a evolução no número de IES ao longo dos anos. O gráfico 01 mostra a evolução deste número por regiões no qual o número de IES é maior na região sudeste enquanto que na região norte este número é menor em relação as demais regiões. O gráfico 02 mostra essa evolução em todo território brasileiro onde possível verificar um maior crescimento no período que compreende o ano 2000 a 2006, sendo que a partir de 2007 esta evolução começa a perder força.

Gráfico 01: Evolução no Número de Instituições de Educação Superior por Região Brasileira – 2000 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Gráfico 02: Evolução no Número de Instituições de Educação Superior no Brasil – 2000 a 2016



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

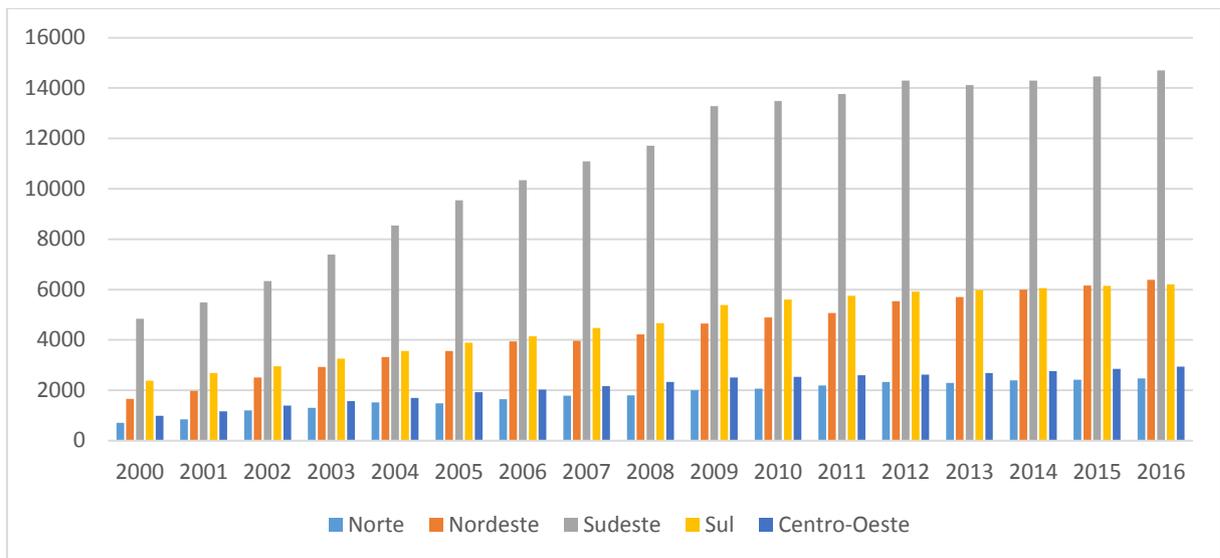
A tabela 02 faz um comparativo da evolução do número de cursos de graduação presenciais por regiões no Brasil de 2000 a 2016. A partir desses dados foi elaborado o gráfico 03, onde é possível visualizar a evolução do número de cursos por regiões no decorrer do tempo, sendo que as regiões sudeste, sul e nordeste tiveram uma evolução mais expressiva em relação as regiões norte e centro-oeste. O gráfico 04 mostra a evolução no número de cursos de graduação presenciais no Brasil onde verificou-se uma tendência de aumento ao qual pode ser explicado pelo aumento na criação de IES privadas ao longo do período abordado. Ao qual pode ser evidenciado na figura 01 onde o número de matrículas na rede privada superam as matrículas da rede pública.

Tabela 02: Número de Cursos de Graduação Presenciais, por Região Brasileira – 2000 a 2016.

Região/Ano	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Norte	708	843	1200	1306	1527	1482	1649	1792	1802	2004	2066	2191	2337	2299	2401	2418	2469
Nordeste	1662	1978	2514	2927	3318	3560	3944	3963	4215	4655	4894	5072	5544	5707	5992	6155	6394
Sudeste	4844	5489	6341	7394	8545	9549	10341	11090	11709	13278	13481	13766	14303	14120	14296	14461	14697
Sul	2382	2682	2949	3252	3561	3893	4141	4472	4658	5386	5606	5753	5914	5980	6062	6147	6209
Centro-Oeste	989	1163	1395	1574	1693	1923	2026	2171	2335	2504	2530	2594	2620	2685	2762	2847	2935
Total	10585	12155	14399	16453	18644	20407	22101	23488	24719	27827	28577	29376	30718	30791	31513	32028	32704

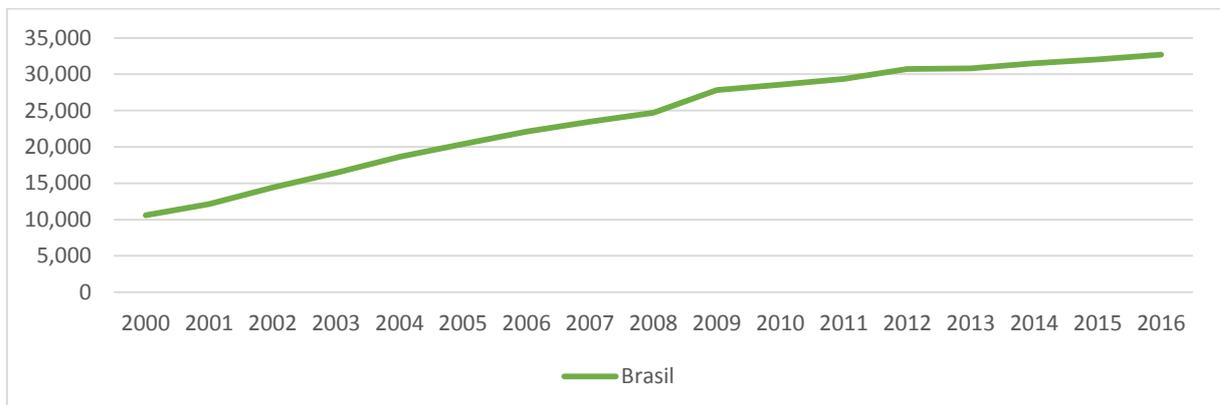
Fonte: INEP (<http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>).

Gráfico 03: Evolução no Número de Cursos de Graduação Presenciais, por Região Brasileira – 2000 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Gráfico 04: Evolução no Número de Cursos de Graduação Presenciais no Brasil – 2000 a 2016.



Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Figura 01: Número de matrículas em cursos de graduação, por categoria administrativa no Brasil 1980-2016.



Fonte: INEP (2017).

Com a criação de tantas IES sejam elas públicas e privadas fez-se necessário a criação de um órgão pra o controle dessas instituições, deste modo, fica a cargo da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), a responsabilidade “de garantir o cumprimento da legislação educacional, com vistas à busca pela qualidade dos Cursos Superiores do país” (INEP, 2013 apud GOMES, MACHADO e SARAIVA, 2018, p.114). Ressalta-se que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e o Ministério da Educação (MEC) conceberam o Índice Geral de Cursos (IGC) com o objetivo de mensurar a qualidade dos Cursos de Graduação no Brasil.

Alguns indicadores de qualidade podem ser listados de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)¹, como: Conceito Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes), Índice de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), Conceito Preliminar de Curso (CPC), Índice Geral de Cursos (IGC). Segundo o Portal do INEP:

- Conceito Enade: é um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio dos desempenhos dos estudantes no Enade, ocorrem anualmente para os cursos com pelo menos dois estudantes concluintes participantes do Exame.
- IDD: é um indicador de qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida proxy (aproximação) das

¹ <http://portal.inep.gov.br>

suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado.

- CPC: é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação e compreende a avaliação periódica cursos de graduação, com referência nos resultados trienais de desempenho de estudantes.
- IGC: é um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior anualmente, leva em conta os seguintes aspectos: média dos CPCs do último triênio; média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu; distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino;

Segundo o decreto 3.860 de 9 de julho de 2001 Atr. 16 o “Ministério da Educação coordenará a avaliação de cursos, programas e instituições de ensino superior”. Sendo que a avaliação dos cursos e das instituições de ensino superior serão realizadas pelo INEP (Art. 17). Em relação as avaliações dos programas de mestrados e doutorados serão realizadas pela CAPES (Art. 18). O próximo capítulo abordará a metodologia da pesquisa.

3 METODOLOGIA

3.1 Área de estudo

A Universidade Federal Do Oeste do Pará foi criada a partir da Lei Nº 12.085, de 05 de novembro de 2009. A criação da universidade se deu em virtude do desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural Da Amazônia (UFRA). A sede da instituição está localizada na cidade de Santarém no estado do Pará. Além de sua sede a Ufopa herdou outros campi no interior da Amazônia, distribuídos nas cidades de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém a universidade encontra-se dividida em três campi unidade Tapajós, Rondon e Amazônia. O próximo capítulo abordará o enquadramento da pesquisa quanto os tipos de estudos e métodos aplicados.

3.2 Tipo de estudo e métodos aplicados

Os tipos de estudo/pesquisa são classificados segundo Gerhardt e Silveira (2009) quanto: *i) à abordagem, ii) à natureza, iii) aos objetivos e iv) aos procedimentos.*

Quanto à abordagem a pesquisa é classificada em pesquisa qualitativa e quantitativa. A pesquisa qualitativa se preocupa “com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 32). A pesquisa quantitativa é baseada no pressuposto de que os resultados de uma determinada pesquisa podem ser quantificados, na qual recorre a utilização de ferramentas, instrumentos e a linguagem matemática com o objetivo de descrever as causas de determinado fenômeno.

Quanto à natureza está e classifica em *pesquisa básica* que objetiva gerar novos conhecimentos sem aplicação prática prevista e *pesquisa aplicada* na qual objetiva gerar novos conhecimentos para aplicação prática prevista (GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 35 e 36).

Quanto aos objetivos segundo Gil (2007) *apud* Gerhardt e Silveira (2009) a pesquisa é classificada em: exploratória, descritiva e explicativa.

- Pesquisa Exploratória: objetiva “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses” (GIL, 2007 *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 35).

- Pesquisa Descritiva: objetiva “descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade” (TRIVIÑOS, 1987 *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, P. 35)
- Pesquisa Explicativa: objetiva “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos” (GIL, 2007 *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 35).

Quanto aos procedimentos a pesquisa se classifica em: *i) experimental, ii) bibliográfica, iii) campo, iv) estudo de caso.*

- Pesquisa Experimental: consiste determinar um objeto de estudo, e *a posteriori*, selecionar variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, buscando assim, formas de controle e observar os efeitos que a variável produz no referido objeto de pesquisa. (FONSECA, 2002 *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 36).
- Pesquisa Bibliográfica: realizada por meio do levantamento de material de cunho técnico científico já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. (FONSECA, 2002 *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 37).
- Pesquisa de Campo: e caracterizada pela coleta de dados junto a pessoas por meio de uma amostra da população. (FONSECA, 2002 *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 37).
- Estudo de Caso: “caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social” (FONSECA, 2002, p. 33 *apud* GERHARDT e SILVEIRA, 2009, p. 39).

A partir do que foi exposto acima, a referente monografia e classificada quanto a sua abordagem como sendo uma pesquisa quantitativa, pois ela visa quantificar o impacto econômico que a UFOPA tem sobre a cidade de Santarém-PA. Em relação a natureza da pesquisa e caracterizada como sendo básica, pois visa gerar conhecimento útil para a comunidade acadêmica e regional, sem que haja uma aplicação prática, sendo que, o trabalho objetiva agregar conhecimento sobre a importância e os impactos econômicos da instituição no município de Santarém.

Quanto aos objetivos trata-se uma pesquisa explicativa na qual objetiva

compreender e explicar os impactos das Despesas Corrente e Capital da UFOPA exerce sobre a cidade. Considerando os procedimentos, foi feito um levantamento bibliográfico para elaboração do segundo capítulo, na qual se fundamenta este trabalho. É pode ser caracterizado como um estudo de caso, pois usa uma entidade definida. Por fim, cabe ressaltar que para organização dos dados e a elaboração dos gráficos foi feita por meio do *software Excel*.

4 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 A implantação da Universidade Federal do Oeste Do Pará (UFOPA) no município de Santarém/PA

4.1.1 Breve Histórico de Criação e a sua abrangência na Região Oeste do Pará

A Universidade Federal Do Oeste do Pará foi criada a partir da Lei Nº 12.085, de 05 de novembro de 2009. Como previsto em Lei a criação da UFOPA deu-se em virtude do desmembramento da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Universidade Federal Rural Da Amazônia (UFRA). Com natureza jurídica autárquica e vinculada ao ministério da educação e tendo como sua sede a cidade de Santarém, a terceira maior cidade do estado do Pará. Além de sua sede a Ufopa herdou outros campis no interior da Amazônia, distribuídos nas cidades de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná.

Em Santarém a universidade em dividida em três campis os quais são unidade Tapajós, Rondon e Amazônia, sendo que, a sede da reitoria encontrasse localizada na unidade Tapajós ilustrada na figura 2. As figuras 3, 4 e 5 são mostrados os campis da universidade Tapajós, Rondon e Amazônia respectivamente.

Figura 2 - Prédio da reitoria (Campus Tapajós).



Fonte: UFOPA (www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/sobre-a-ufopa/historico-e-localizacao/).

Figura 3 - Campus Tapajós.



Fonte: UFOPA (www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/sobre-a-ufopa/historico-e-localizacao/).

Figura 4 - Campus Rondon.



Fonte: UFOPA (www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/sobre-a-ufopa/historico-e-localizacao/).

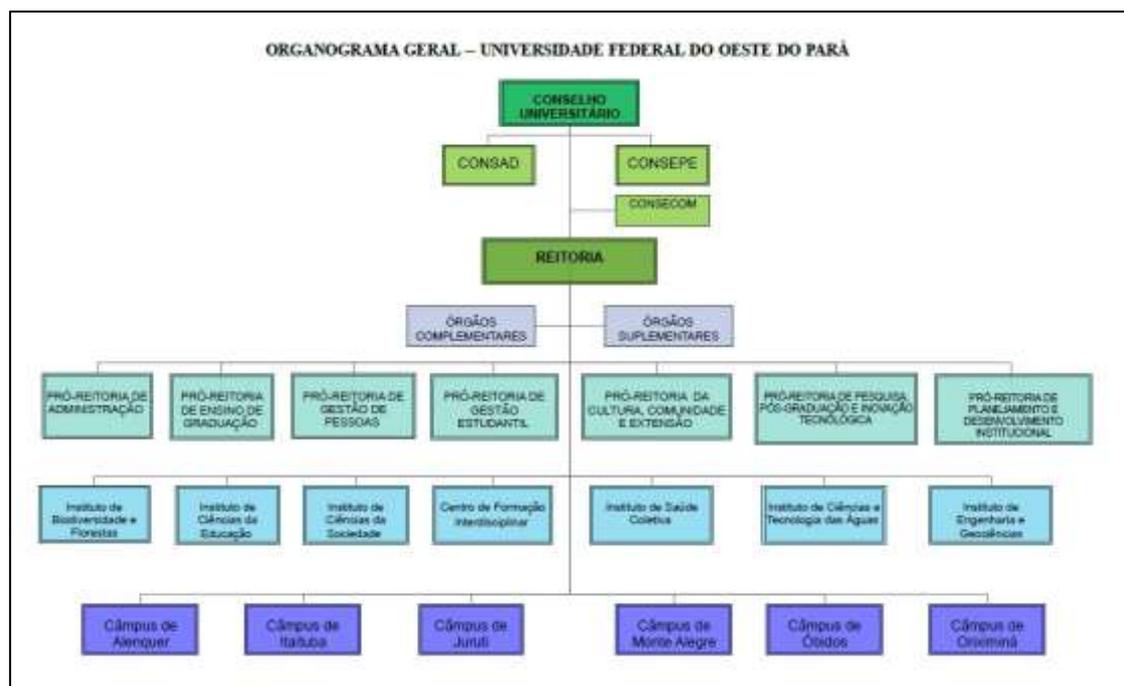
Figura 5 - Campus Amazônia.



Fonte: UFOPA (www.ufopa.edu.br/ufopa/institucional/sobre-a-ufopa/historico-e-localizacao/).

A estrutura organizacional da universidade é composta por conselhos superiores, Reitoria, Pró-Reitorias, unidades acadêmicas órgãos suplementares e os campi. Como mostra a figura 6, a seguir:

Figura 6 - Organograma geral da instituição.



Fonte: Relatório de Gestão da UFOPA (2017).

A Ufopa é dividida em 7 institutos de educação que juntos ofertam 55 cursos de graduação. Os institutos são os seguintes: Centro de formação interdisciplinar (CFI), Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF), Instituto de Ciências da Educação (ICED), Instituto de Ciências da Sociedade (ICS), Instituto de Ciências e Tecnologias das Águas (ICTA), Instituto de Engenharia e Geociências (IEG) e Instituto de Saúde Coletiva (ISCO). Cada um com uma missão específica dispondo de cursos de graduação em diferentes áreas. De acordo com o site institucional da universidade:

- **CFI:** Tem a missão de promover a articulação das diversas áreas do conhecimento em prol da construção de uma abordagem institucional interdisciplinar de seus programas acadêmicos e gerenciais, por meio da oferta de ensino, nas modalidades que se mostrarem adequadas, integrado a pesquisa e extensão.
- **IBEF:** O instituto tem como meta a pesquisa na produção de alimentos, manutenção de serviços ambientais, inovação e conservação do Bioma Amazônia na região Oeste do Pará, como também atender aos povos e comunidades tradicionais que demandam por desenvolvimento de sistemas sustentáveis de manejo para produtos florestais (madeireiros e não-madeireiros), que são as alternativas capazes de contribuir para a conservação da biodiversidade, aliadas ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades amazônicas. É formado pelos cursos de Agronomia, Biotecnologia, Engenharia Florestal, Zootecnia e Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias.
- **ICED:** Tem como objetivo formar educadores comprometidos com a transformação social do Brasil e da Amazônia, para atuar na educação básica e educação superior, quer no espaço escolar, quer em outros espaços sociais nos quais a atuação desse profissional se fizer necessária, sempre numa perspectiva de promover o ensino crítico e reflexivo que instrumentaliza o indivíduo para intervir na sociedade, tendo em vista a sua transformação e a construção da cidadania. É formado pelos cursos de graduação Licenciatura em história, Licenciatura em geografia, Licenciatura em Biologia, Licenciatura Português e Inglês, Licenciatura em Pedagogia, Licenciatura em Informática educacional, Licenciatura Integrada em Matemática e Física.

- **ICS:** O tem como missão a formação de discentes os quais estejam encarregados de causar um impacto positivo na sociedade de forma geral, na busca de conhecimento do passado e na busca de direitos. Dispõe dos cursos: Antropologia, Arqueologia, Ciências Econômicas, Direito e Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.
- **ICTA:** Visa à construção de cenários sustentáveis para as águas amazônicas. Dessa forma, a missão do ICTA é ser um instituto de referência na formação de profissionais habilitados em recursos hídricos e aquáticos, com capacidade técnica e científica para pesquisar, diagnosticar e solucionar os problemas gerenciais, tecnológicos e organizacionais em suas respectivas áreas de atuação na região amazônica. Dispões dos seguintes cursos de graduação: Ciências Biológicas, Engenharia de Pesca, Engenharia Sanitária e Ambiental, Gestão Ambiental e Interdisciplinar em Ciências e Tecnologia das Águas.
- **IEG:** Sustenta-se em três áreas de formação continuada, nomeadamente Ciência e Tecnologia, Ciências da Terra e Computação. Sua missão é realizar a educação tecnológica, com responsabilidade social e ambiental, visando à formação e à qualificação de profissionais capazes de promover o desenvolvimento tecnológico da Amazônia de forma sustentável, por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica. Dispõe dos seguintes cursos de graduação: Ciência da Computação, Ciência e Tecnologia, Ciências Atmosféricas, Engenharia de Controle de Automação, Engenharia Física, Geofísica, Geologia, Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, Interdisciplinar em Ciência da Terra e Sistema de Informações.
- **ISCO:** Foi criado pela Resolução nº 46, de 20 de novembro de 2013. Concomitantemente ao Isco, foi criado o Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Saúde (BIS) e ocorreu a migração do Curso de Farmácia, já ofertado pela Ufopa no âmbito do Instituto de Biodiversidade e Florestas (Ibef), acompanhado do respectivo quadro de servidores, além da incorporação dos Laboratórios de Fitoquímica, Farmacologia e Farmacotécnica. É missão do Isco formar profissionais capacitados para promover, proteger e recuperar a saúde da população na região amazônica. Dispõe dos cursos de graduação: Farmácia, Interdisciplinar em Saúde e Saúde Coletiva.

4.1.2 Despesas de custeio e gastos de investimentos realizados pela UFOPA no período de 2011-2016

As despesas totais com custeio correspondem as Despesas Correntes, as quais são despesas de pessoal e outras despesas correntes. As despesas de pessoal compreendem os seguintes grupos: Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil; Obrigações patronais; Contratação por tempo determinado – pessoal civil; demais elementos do grupo. Sendo que, se optou por somar os valores das despesas de pessoal pois percebeu-se a não uniformidade quanto aos grupos os quais foram feitos os lançamentos dos valores no período de 2011 a 2016.

As outras despesas correntes abrangem os seguintes lançamentos: Outros serviços de terceiros PJ; Locação de mão de obra; Auxílio financeiro a estudantes; demais elementos do grupo. Optou-se por manter a estrutura dos grupos, pois se manteve constante durante o período trabalhado os grupos de lançamentos.

Segundo o Relatório de Gestão 2014-2018 o auxílio financeiro concedido para estudantes da instituição tem o objetivo de “assegurar a permanência, nos cursos, de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica” (p. 36). A universidade mantém três modalidades de auxílios financeiros, sendo que, estes recursos são providos pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes):

- **Auxílio Permanência**, para acadêmicos ingressantes pelas regras do processo seletivo regular, que se divide em áreas específicas de apoio sendo auxílio alimentação, transporte, moradia e didático pedagógico;
- **Auxílio Permanência Especial**, para acadêmicos ingressantes pelos Processos Seletivos Especiais -Indígena e Quilombola;
- **Auxílio Emergencial**, para acadêmicos ingressantes pelos Processos Seletivos Especiais -Indígena e Quilombola;

Cabe ressaltar aqui que no período de 2011 a 2014 houve um movimento de crescimento quanto ao valor empenhado referente ao auxílio financeiro estudantil. Já nos anos de 2015 e 2016 foram registradas quedas quanto a este valor, referente ao corte de custos, onde os critérios para concessão destes benefícios foram mais rigorosos quanto a comprovação da necessidade do auxílio (Tabela 3). Quanto os valores liquidados no período de 2011 a 2015 houve uma tendência crescente, já no ano de 2016 houve uma redução de R\$264.241,84 em relação ao ano anterior (Tabela 4). Em relação aos valores pagos apenas em 2015 foi registrado movimento de queda em relação ao período anterior (Tabela 6).

As despesas com investimentos encontram-se nas Despesas de Capital, os quais são divididas em: Obras e instalações; Equipamentos e material permanente; outros serviços de terceiros PJ. Optou-se por somar os valores dos grupos de lançamentos pelos mesmos motivos apresentados no primeiro parágrafo.

Ressalta-se que para elaboração das tabelas de despesas de custeio e gastos de investimentos foram utilizados dados obtidos dos relatórios de gestão de cada ano, que vai de 2011 a 2016. Sendo que, no período de 2011 a 2013 foi encontrado uma separação quanto a estas planilhas sendo: Despesas por grupo e elemento de despesa – Crédito de Movimentação; Despesas por grupo e elemento de despesa – Créditos Originários. Distinção essa não encontrada nos relatórios de 2014 a 2016. Deste modo, resolveu-se escolher os dados referentes aos Créditos Originários por estarem completos.

Segundo o Segundo o Relatório de Gestão de 2011 no que tange a Pagamento em Folha, a execução da folha de pagamento iniciou apenas no exercício de 2011 na própria instituição, pois até o mês de junho/2011 a folha era executada pela tutora UFPA. As despesas de pessoal, somaram R\$17.441.721,37. No grupo de Outras Despesas Correntes, a categoria Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, foi o que mais apresentou valores empenhados (R\$ 10.282.403,72) no exercício de 2011. Em relação as despesas de Capital, no grupo de Investimentos que totalizou R\$40.154.001,47, os elementos que apresentaram maiores valores empenhados no ano de exercício, foram Equipamentos e Material Permanente. Podendo ver visto na tabela 3.

Dentre as principais alterações ocorridas no período de 2012, verifica-se uma evolução de 222,47% no Pagamento em Folha, em virtude do ingresso de novos servidores, do concurso público realizado neste período, de acordo com o Relatório de Gestão de 2012. Em comparação ao ano anterior nas categorias Despesas de pessoal (R\$ 39.789.198,76) e Outras Despesas Correntes foram registrados aumentos quanto aos valores empenhados. Quanto aos Gastos com Investimento notou-se uma redução em relação ao ano anterior. Os mesmos movimentos foram registrados quanto os valores liquidados e valores pagos.

Em relação ao período de 2013 houve aumento nos dois grupos que constituem as Despesas Correntes do valor empenhado em relação ao período anterior. Quanto as Despesas de Capital houve uma redução de R\$509.290,85. De acordo com o Relatório de Gestão de 2013 as dificuldades encontradas quanto a execução do orçamento, foram relacionadas ao quantitativo de pessoal e ao fato de que nas licitações realizadas, muitas empresas não se enquadraram nos requisitos mínimos estabelecidos no edital.

Quanto ao período de 2014 em relação a 2013 houve aumento tanto nas Despesas de Pessoal como Outras Despesas Correntes. Já em relação aos gastos com investimento mostrou uma redução de R\$9.959.755,15 (Tabela 3). O Relatório de Gestão de 2014 mostra as principais dificuldades apresentadas no período os quais foram: repasses financeiros irregulares, baixo do corpo técnico-administrativo, contingenciamento orçamentário e repasses financeiros insuficientes e licitações frustradas onde empresas não conseguiam se enquadrar nos requisitos mínimos estabelecidos em edital.

O período de 2015 em comparação ao período anterior revelou-se positivo. As Despesas Correntes tiveram R\$130.926.183,57 empenhado R\$ 124.394.320,96 liquidado resultado positivo em relação ao ano passado. Quanto as Despesas de Capital R\$ 16.104.130,00 empenhado e R\$ 1.011.464,13 liquidado, sendo que apenas o valor liquidado mostrou-se inferior ao valor do ano de 2014. No entanto, persistiram as mesmas dificuldades dos anos anteriores, no que tange ao quantitativo de pessoal e as licitações realizadas.

As execuções de Despesa Correntes e de Capital de 2016 apresentam um ótimo desempenho. As Despesas Correntes perfizeram um total de R\$142.122.166,29 empenhadas e R\$ 137.864.714,63 liquidadas. Quanto aos gastos com investimento totalizou R\$ 24.840.893,32 empenhadas e R\$ 295.291,11 liquidadas. Assim como mostra as tabelas 3 e 4. Neste período cabe destacar a greve dos técnico-administrativos, e os movimentos de ocupação estudantil que afetaram o fluxo das atividades administrativas. Em relação aos valores pagos neste período nota-se uma oscilação quanto os valores onde no ano de 2011 a 2012 teve-se uma queda de R\$9.649.195,80 no ano seguinte houve um crescimento seguido de queda em 2014 e 2015, com crescimento de R\$244.721,98 em 2016 em relação ao ano anterior (Tabela 6).

Tabela 3 - Despesas Correntes e de Capital - valor empenhado.

GRUPOS DE DESPESA/ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESAS DE PESSOAL	17.441.721,37	39.789.198,76	52.180.590,83	67.893.246,24	89.306.167,86	97.140.383,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	10.282.403,72	10.963.465,40	7.827.640,41	7.969.325,00	14.036.906,78	14.876.386,53
Locação de Mão de obra	3.124.546,65	3.524.393,28	6.341.384,99	7.165.147,27	9.002.777,11	9.795.088,13
Auxílio Financeiro a Estudantes	2.147.490,00	4.874.400,00	6.889.691,53	8.144.085,12	8.027.745,30	7.960.992,42
Demais elementos do grupo	6.120.448,14	6.324.153,53	6.765.430,87	8.570.893,90	10.552.586,52	12.349.315,34
TOTAL	39.116.609,88	65.475.610,97	80.004.738,63	99.742.697,53	130.926.183,57	142.122.166,29
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS	40.154.001,47	25.472.160,00	24.962.869,15	15.003.114,00	16.104.130,00	24.840.893,32

Fonte: Próprio autor (2019) baseado nos Relatórios de Gestão de 2011 a 2016

Tabela 4 - Despesas Correntes e de Capital - valor liquidado.

GRUPOS DE DESPESA/ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESAS DE PESSOAL	17.441.721,37	39.789.198,76	52.180.590,93	67.819.906,11	89.278.855,19	97.140.383,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	1.991.490,03	794.577,07	4.341.775,85	6.630.346,98	9.736.788,53	11.531.921,65
Locação de Mão de obra	1.584.981,70	1.269.697,82	3.945.875,59	6.146.871,54	7.821.368,28	8.621.620,95
Auxílio Financeiro a Estudantes	1.610.935,00	4.874.400,00	5.996.322,19	7.568.832,43	7.997.745,30	7.733.503,46
Demais elementos do grupo	2.613.064,49	4.285.496,65	6.036.868,94	8.031.173,35	9.559.563,66	12.837.284,70
TOTAL	25.242.192,59	51.013.370,30	20.320.842,57	96.197.130,41	124.394.320,96	137.864.714,63
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS	4.047.625,16	1.629.393,84	9.812.333,46	4.333.811,64	1.011.464,13	295.291,11

Fonte: Próprio autor (2019) baseado nos Relatórios de Gestão de 2011 a 2016

Tabela 5 - Despesas Correntes e de Capital - valor RP não processado.

GRUPOS DE DESPESA/ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESAS DE PESSOAL	-	-	-	-	-	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	8.290.913,69	10.168.888,33	3.485.864,56	1.338.978,02	4.300.118,25	3.344.464,88
Locação de Mão de obra	1.539.564,95	2.254.695,46	2.395.509,40	1.018.275,73	1.181.408,83	1.171.707,14
Auxílio Financeiro a Estudantes	536.555,00	-	893.369,34	575.252,69	30.000,00	227.488,96
Demais elementos do grupo	2.508.592,49	2.038.656,88	728.561,93	539.720,55	993.022,86	614.043,35
TOTAL	12.875.626,13	14.462.240,67	7.503.305,23	3.472.226,99	6.504.549,94	5.357.704,33
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS	30.906.376,31	23.842.766,16	15.150.535,69	10.669.302,36	15.092.665,87	24.545.602,21

Fonte: Próprio autor (2019) baseado nos Relatórios de Gestão de 2011 a 2016

Tabela 6 - Despesas Correntes e de Capital – valores pagos.

GRUPOS DE DESPESA/ANO	2011	2012	2013	2014	2015	2016
DESPESAS DE PESSOAL	17.441.721,37	39.788.927,08	50.751.951,44	67.819.906,11	88.185.397,08	97.140.383,87
OUTRAS DESPESAS CORRENTES						
Outros Serviços de Terceiros PJ - Op.Int.Orc.	1.866.232,67	794.577,07	4.096.338,44	6.630.346,98	9.504.434,49	11.503.026,89
Locação de Mão de obra	1.584.981,70	1.269.697,82	3.905.322,19	6.146.871,54	7.801.774,60	8.621.620,95
Auxílio Financeiro a Estudantes	1.595.935,00	4.874.400,00	5.996.322,19	7.568.832,43	7.141.545,30	7.733.503,46
Demais elementos do grupo	3.507.383,65	4.281.983,69	5.860.140,71	8.031.173,35	9.414.922,22	12.546.805,33
TOTAL	25.996.254,39	51.009.585,66	70.610.074,97	28.377.224,30	122.048.073,69	137.545.340,50
DESPESAS DE CAPITAL						
INVESTIMENTOS	11.278.589,64	1.629.393,84	9.215.471,41	4.333.811,64	50.569,13	295.291,11

Fonte: Próprio autor (2019) baseado nos Relatórios de Gestão de 2011 a 2016

4.1.3 Impactos econômicos gerados pela UFOPA no município de Santarém

Tendo em vista dos resultados apresentados a partir dos Relatórios de Gestão de 2011 a 2016, sobre a perspectiva dos impactos econômicos gerados pela UFOPA para o município de Santarém-PA, foi possível encontrar indícios significativamente positivos diretamente relacionado à expansão da instituição.

De maneira geral, quando há investimentos exógenos provenientes do governo federal para IES federal, a localidade na qual reside apresenta taxas de crescimento significativas. Sendo reflexo desses investimentos que resultam na geração de emprego e renda diretos e indiretos.

Os valores empenhados pela instituição no período de 2011 a 2016 mostraram movimento crescente. Em relação aos valores pagos com exceção de 2014 os demais anos apresentaram crescimento em relação ao período anterior.

Os setores da economia local que são impactados, pelos recursos provenientes da Ufopa, são: setor de alimentação, setor de transporte, saúde, lazer, material didático e setor imobiliário. Estes gastos impulsionam os setores listados acima, possibilitando também gerar empregos indiretos.

Somasse a esta equação indivíduos oriundos de outras localidades atraídos pela Ufopa sejam eles na forma de docentes, discentes e técnicos-administrativo, que buscam imóveis tanto para comprar como para alugar, beneficiando desde a indústria de construção civil quanto pedreiros autônomos.

Os gastos com alimentação tanto de discentes, docentes e funcionários impulsionam restaurantes, supermercados, padarias, serviços de entregas rápidas, o que afeta positivamente o setor.

Em relação ao valor pago com as despesas de pessoal o maior volume foi registrado em 2016 (R\$97.140.383,87) e o menor em 2011 (R\$17.441.721,37), os valores forma distribuídos nas categorias de *i*) vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil, *ii*) obrigações patronais; *iii*) contratação por tempo determinado – pessoal civil e *iv*) demais elementos do grupo;

Quanto os valores pagos relacionados aos outros serviços terceirizados pessoa jurídica seu maior volume registrado foi e 2016 em um total de R\$11.503.026,89 é o menor volume em 2012 cerca de R\$794.577,07. No que tange a locação de mão de obra teve igual movimento, 2016 (R\$8.621.620,95) maior volume e 2012 (R\$1.269.697,82) menor volume

pagos. Esta tendência crescente no volume de pagamentos contribui para a renda circular de forma direta no município e, também, contribui com a renda gerada de forma indireta.

Ressalta-se que quanto ao benefício de auxílio estudantil concedido a discentes da universidade o maior volume pago (R\$7.733.503,46) ocorreu em 2016, ao passo que em 2011 foi registrado o menor volume pago do benefício (R\$1.595.935,00). Este aumento representa a permanência de uma parcela de estudantes provenientes de outros municípios que se encontrariam em situação de vulnerabilidade. O aumento nestes valores aumenta o consumo de bens e serviços no município, principalmente gastos como alimentação e moradia.

Por fim, em relação às Despesas de Capital, os valores pagos com gastos de investimentos tiveram maior volume em 2011 onde totalizou cerca de R\$11.278.589,64 e o menor volume foi registrado em 2015 (R\$50.569,13). A redução destes valores implica dizer que houve redução dos gastos com investimentos (obras e instalações; equipamentos e material permanente; outros serviços de terceiros PJ), uma maior redução destes investimentos poderia prejudicar tanto o ensino quanto a pesquisa universitária.

Em um período em que muito tem se falado sobre corte nos gastos públicos. Dentro de uma perspectiva de corte nas Despesas Correntes e de Capital teria um efeito redutor. O que implicaria em uma redução na contratação de funcionários terceirizados, corte nos gastos referente ao auxílio estudantil é redução com os gastos de investimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As IES no Brasil têm desempenhado um importante papel no que tange ao desenvolvimento econômico regional, além de contribuir na produção de conhecimento técnico e científico, na mobilização de capital financeiro público e privado. Deste modo, sendo primordial a quantificação dos impactos das atividades destas instituições sobre as localidades. As IES movimentam recursos financeiros por meio do pagamento de salários aos servidores, funcionários e funcionários terceirizados, investimentos em obras, equipamentos, despesas com custeio e gastos com bolsas e auxílios para discentes, docentes e servidores.

Assim, por meio dos dados pode-se perceber que em 2011 quanto a execução da folha de pagamento iniciou apenas no exercício de 2011 na própria instituição, pois até o mês de junho/2011 a folha era executada pela tutora UFPA. As despesas de pessoal neste período tiveram maior volume somando R\$17.441.721,37. Em 2012 verificou-se uma evolução de 222,47% no Pagamento em Folha, em virtude do ingresso de novos servidores, do concurso público realizado neste período, onde as Despesas de pessoal totalizaram R\$ 39.789.198,76.

No período de 2013 e 2014 houveram aumentos nos dois grupos que constituem as Despesas Correntes nos valores pagos em relação ao período anterior. Nota-se também que foram encontradas dificuldades quanto a execução do orçamento, relacionadas ao quantitativo de pessoal e ao fato de que nas licitações realizadas, muitas das empresas não se enquadraram nos requisitos mínimos estabelecidos no edital.

Em 2015 as Despesas Correntes tiveram R\$130.926.183,57 empenhado R\$ 124.394.320,96 liquidado resultado positivo em relação ao ano passado. Quanto as Despesas de Capital R\$ 16.104.130,00 empenhado e R\$ 1.011.464,13 liquidado, sendo que apenas o valor liquidado mostrou-se inferior ao valor do ano de 2014. Em relação aos valores pagos as despesas com pessoal somaram R\$88.185.397,08 maior volume registrado em 2015.

As execuções de Despesa Correntes e de Capital de 2016 apresentam um ótimo desempenho. As Despesas Correntes perfizeram um total de R\$142.122.166,29 empenhadas, R\$137.864.714,63 liquidadas e R\$ R\$137.545.340,50 pagos. Quanto aos gastos com investimento totalizou R\$24.840.893,32 empenhadas, R\$295.291,11 liquidadas e R\$ R\$137.545.340,50.

Apesar das informações terem sido exaustivamente exploradas no decorrer deste trabalho, cabe evidenciar a importância do benefício do auxílio estudantil pago, pois o mesmo representa a permanência de uma parcela de estudantes provenientes de outros municípios que se encontrariam em situação de vulnerabilidade no município. É quando não encontram meios de

se manter na cidade, acabam por abandonar a universidade e retornar as suas cidades de origens, por conta das dificuldades financeiras encontradas.

O volume em R\$ movimentados pela universidade no período de 2011 a 2016 em Santarém foi importante para entendermos que as despesas de custeio e os gastos com investimentos proporcionam crescimento de forma direta e indiretamente. Pois a renda recebida por meio da folha de pagamentos da instituição possibilita gastos no setor de alimentação, setor de transporte, setor imobiliário, lazer, saúde e material didático.

REFERÊNCIAS

- AMORIM, Wilson Aparecido Costa de. FISCHER, André Luiz. A Aprendizagem Organizacional E Suas Bases Econômicas. In: **Nova Economia**, Belo Horizonte, maio-agosto de 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512013000200004. Acesso em: 04 de julho de 2018.
- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. TERRIBILI FILHO, Armando. Educação Superior No Período Noturno No Brasil: políticas, intenções e omissões. In: **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.15, n.54, p. 81-102, jan./mar. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362007000100006&script=sci_abstract&lng=pt. Acesso em: 12 de julho de 2018.
- BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. Tradução Luciana do Amaral Teixeira. 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- BRITO, Lydia Maria Pinto. Gestão de Competências, Gestão do Conhecimento e Organizações de Aprendizagem – instrumentos de apropriação pelo capital do saber do trabalhador. In: **Cadernos de Educação**, FaE/PPGE/UFPEL, Pelotas [31]: 203 - 225, julho/dezembro 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1748>. Acesso em: 10 de julho de 2018.
- BRASIL. **DECRETO Nº 3.860**, de 9 de julho de 2001. Brasília-DF. Disponível em: <http://www.uberaba.mg.gov.br/portal/acervo/procon/legislacao/federal/Decreto3860jul01.pdf>. Acesso em: 10 de julho de 2018.
- BRASIL **LEI Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília-DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 10 de julho de 2018.
- CABRAL, Antônio. SILVA, Claudia Luciene de Melo. SILVA, Lamara Fabia Lucena. Teoria Do Capital Humano, Educação, Desenvolvimento Econômico E Suas Implicações Na Formação De Professores. In: **Revista Principia, Divulgação Científica e Tecnológica do IFPB**, n. 32, João Pessoa, dez 2016. Disponível em: <http://periodicos.ifpb.edu.br/index.php/principia/article/viewFile/1070/575>. Acesso em: 03 de julho de 2018.
- CARNEIRO, Camila Yukie. **Educação Brasileira: uma perspectiva econômica**. 2014. 59f. Monografia, Universidade Estadual Paulista, Araraquara-SP, 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/123020>. Acesso em: 03 de julho de 2018.
- CAVALCANTE, Joseneide Franklin. **Educação Superior: conceitos, definições e classificações**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2000. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485287/Educa%C3%A7%C3%A3o+superior+conceitos%2C+defini%C3%A7%C3%B5es+e+classifica%C3%A7%C3%B5es/378ec098-0d71-4465-bd54-45abbd17c53f?version=1.3>. Acesso em: 12 de julho de 2018.

DORNBUSCH, Rudiger. **Macroeconomia**. Tradução técnica Eliezer Martins Diniz. São Paulo: McGraw-Hill, 2009.

FARIA JR. Anézio Eugênio de. **Impactos Econômicos E Financeiros Da Expansão Da Unifal-Mg Para O Município De Alfenas No Período De 2002 A 2014**. 2015. 144f. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Alfenas, campus Varginha, 2015. Disponível em: <https://bdt.unifal-mg.edu.br:8443/bitstream/tede/685/5/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20An%C3%A9zio%20Eug%C3%AAnio%20de%20Faria%20J%C3%BAnior.pdf> . Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

FRANCO, Eduardo Evandro. **Ciclos Econômicos: a escola austríaca como alternativa à teoria keynesiana**. 2015, UNIJUI - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, 2015. Disponível em: <http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/3095/TCC%20Eduardo%20Evandro%20Franco.pdf?sequence=1>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia: teorias e aplicações**. Tradução: Cecília Camargo Bartalotti. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel.; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. 1ª edição. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

GOMES, Válter. MACHADO, Maria de Lourdes. SARAIVA, Ernani Viana. O Ensino Superior No Brasil: breve histórico e caracterização. In: **Revista Ciência & Trópico**. Recife, v. 42, n. 1, p. 106-129, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/download/1647/1373>. Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

GUILE, David. O Que Distingue A Economia Do Conhecimento? implicações para a educação. In: **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 135, p. 611-636, set./dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742008000300004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 de julho de 2018.

INEP. **Censo da Educação Superior 2016**. Brasília-DF, 31 de agosto 2017. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2016/notas_sobre_o_censo_da_educacao_superior_2016.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2018.

HERZOG, Alexander. **O Que É A Economia Do Conhecimento E Quais São Suas Implicações Para O Brasil?** – um ensaio sobre a nova economia e o futuro do Brasil. 2011. Disponível em: <https://www.recantodasletras.com.br/trabalhos-academicos-de-economia/2926118>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

KELNIAR, Vanessa Carla. LOPES, Janete Leige. PONTILI, Rosângela Maria. A Teoria Do Capital Humano: Revisitando Conceitos. In: **VIII Encontro de Produção Científica e Tecnológica**, out-2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/ECONOMICAS/05-Vckelniartrabalhocompleto.pdf. Acesso em: 03 de julho de 2018.

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução de Mario R. da Cruz; Revisão Técnica de Cláudio Roberto Contador. São Paulo: Atlas, 1982.

LIMA, José Aniceto de. SANTIAGO, Pietro Otávio. Gestão Do Conhecimento: dos primórdios a aplicabilidade organizacional. In: **XIV Encontro Regional de Estudantes de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da informação**. Disponível em: <https://docplayer.com.br/5779072-Gestao-do-conhecimento-dos-primordios-a-aplicabilidade-organizacional-1-jose-aniceto-de-lima-2.html>. Acesso em: 10 de julho de 2018.

LOPES, Luiz Martins. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. **Manual de Macroeconomia: nível básico e nível intermediário**. 3. ed. 5. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

MORICOCCHI, Luiz. GONÇALVES, José Sidnei. **Teoria Do Desenvolvimento Econômico De Schumpeter: uma revisão crítica**. In: *Informações Econômicas*, SP, v.24, n.8, ago. 1994. Disponível em: <http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=1379>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

OLIVEIRA, Jennifer C. et al. Uma Análise Sobre O Sistema De Ensino Superior Brasileiro: o modelo de universidades privadas e públicas e sua relação com o desenvolvimento. In: **XVI Congresso Internacional FoMerco – Integração Regional em Tempos de Crise: desafios políticos e dilemas teóricos**, UFBA-BA, 27-29 set, 2017. Disponível em: http://www.congresso2017.fomerco.com.br/resources/anais/8/1508100553_ARQUIVO_FOMERCO_-versaofinal_FORMATADO.pdf. Acesso em: 12 de julho de 2018.

OLIVEIRA, Thiago de Souza. ANDRADE, Magali Alves de. GONÇALVES, Andersonn Souza. **A Teoria Do Tripé Schumpeteriano E O Papel Do Microcrédito No Desenvolvimento Econômico: uma análise do crediamigo**. 2010. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/cnpp/pgs/anais/Arquivos%20GTS%20-%20recebidos%20em%20PDF/A%20TEORIA%20DO%20TRIP%C3%89%20SCHUMPETERIANO%20E%20O%20PAPEL%20DO%20MICROCR%C3%89DITO%20NO%20DESENVOLVIMENTO%20ECON%C3%94MICO%20UMA%20ANALISE%20DO%20CREDIAMIGO.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

PEREIRA, Mirian Tomiato. LOPES, Janete Leige. A Importância Do Capital Humano Para O Crescimento Econômico. In: **IX EPCT – Encontro de Produção Científica e Tecnológica Campo Mourão**, 27 a 31 de outubro de 2014. Disponível em: http://www.fecilcam.br/nupem/anais_ix_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CSA/04.pdf. Acesso em: 03 de julho de 2018.

SANTOS, Bárbara Menezes Silva. Educação E Mercado De Trabalho: os impactos dessa relação na formação de crianças e adolescentes brasileiros. In: **II Congresso de Assistentes Sociais do Estado do Rio de Janeiro**, 11-13 de maio de 2016. Disponível em: <http://www.cressrj.org.br/site/wp-content/uploads/2016/05/046.pdf>. Acesso em: 17 de julho de 2018.

SCHUMPETER, Joseph. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. 3. Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

SAUL, Renato P. As Raízes Renegadas Da Teoria Do Capital Humano. In: **Sociologias**, Porto Alegre, ano 6, nº 12, jul/dez 2004, p. 230-273. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222004000200009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 03 de julho de 2018.

UFOPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2011**. Santarém-PA, 2012. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2017/27e0d30990676922be8ddf8cf4c4398.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

UFOPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2012**. Santarém-PA, 2013. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2017/b1cdcfcb1b0655093c320056b60bd0f.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

UFOPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2013**. Santarém-PA, 2014. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2017/530bdf024f3114cac0d159cfca822f9e.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

UFOPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014**. Santarém-PA, 2015. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2017/47b83a5184a5fd220576672d41549dcf.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

UFOPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2014-2018**. Santarém-PA, 2019. Disponível em: http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2018/2335d3c8cdafa29f3eb1ea594428312b_LLuat7d.pdf. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

UFOPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2015**. Santarém-PA, 2016. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2017/ffa722f560546b8c0c20298373803e09.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

UFOPA. **Relatório de Gestão do Exercício de 2016**. Santarém-PA, 2017. Disponível em: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2018/e64fbae0b3869d816cf59c9e22c44004.pdf>. Acesso em: 29 de janeiro de 2019.

VIAN, Carlos Eduardo de Freitas. Uma Discussão Da “Visão” Schumpeteriana A Sobre O Desenvolvimento Econômico E A “Evolução” Do Capitalismo. In: **Informe Gepec** – Vol. 11, nº 1, jan/jun, 2007. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/viewFile/1090/916>. Acesso em: 03 de julho de 2018.

WAGNER, Diego. **O Papel Da Inovação No Desenvolvimento Econômico: uma revisão da literatura schumpeteriana e neoschumpeteriana**. 2004. 63f. Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121707>. Acesso em: 03 de julho de 2018.